

A CASA

ARQUITECTURA E PROJECTO DOMÉSTICO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX PORTUGUÊS

Rui Jorge Garcia Ramos

PREFÁCIO

Acompanhar o trabalho de pesquisa de Rui Ramos, colega docente, antigo e apreciado aluno da FAUP, foi para mim um ganho importante na medida em que o enfoque desta sua tese não repete mas acrescenta uma luz nova sobre o habitar burguês de quase um século em Portugal — a um tempo indutor e induzido pelas casas desenhadas por sucessivas gerações de arquitectos.

Nas deambulações que nos primeiros anos 60 fui fazendo em torno da nossa pequena história da modernidade, na habitação e não só, a preocupação, característica das historiografias generalistas dessa época, era basicamente estilística traduzida em autorias, ou seja, feita a partir das excepções e subestimando a produção dominante menos prestigiada ou, se publicada, em revistas de construção de menor ambição cultural.

Daí que a primeira característica inovadora e positivamente arriscada deste livro — para o nosso entendimento do período que vai do final de oitocentos até ao meio de novecentos — é a abrangência dos modelos de habitar da burguesia urbana que podia “encomendar ou adquirir” as suas moradias singulares e que Rui Ramos convocou para as suas interpretações. Ou seja, em vez de se centrar nos exemplos notáveis de determinadas correntes (o que também seria legítimo como o provam os ensaios conhecidos dos seus predecessores, os meus incluídos), abria o diafragma aos exemplos que, pelo simples facto de terem sido acolhidos em publicações da época, podiam dar-nos indicações de como a sociedade portuguesa de velhos e novos abastados — e não só as opções críticas de referência — viam ou preferiam as suas moradas.

Esta opção de investigação teve consequências metodológicas sem dúvida interessantes: a do cruzamento dos factores sócio-culturais com as sucessivas opções dos seus arquitectos; a da ênfase dada, na sua análise crítica, à organização dos espaços e seus valores simbólicos, para aquém ou além das inovações da linguagem plástica ou do décor que vulgarmente se impunha na aceitação ou rejeição das novidades, mais ou menos importadas; e, como consequência, incluir no estudo exemplos ou modelos reveladores de modos e estilos de vida doméstica ou social que numa óptica mais “culturalista” se teriam ocultado. Para além destas contribuições que ainda hoje se subestimam em teses sobre tendências de determinados períodos ou “autores de bandeira” — que aliás não foram excluídos mas seriados e comparados com as

arquitecturas mais “correntes” — há que saudar a solidez teórica do autor com que em cada período, tendências, modas ou casos singulares são descritos e valorizados.

Solidez que resulta da convocatória de disciplinas das ciências humanas, não especificamente arquitectónicas, mas imprescindíveis para se entenderem os programas, os usos, as preferências dos espaços — privilegiando, em suma, o vértice do triângulo vitruviano que dá pelo nome de “utilitas” nas suas declinações de comodidade, conveniência, disposição ou finalidade... e não apenas os restantes vértices da “firmitas” ou “venustas”, em geral mais explorados pelos analistas das técnicas e pela crítica estilística, respectivamente. A importância dessa leitura de Rui Ramos não é acidental nem caprichosa: o modo de viver é simultaneamente um referente social e cultural, mais ou menos profundo, e fundamento icónico do espaço enquanto linguagem arquitectónica (transcendendo a funcionalidade imediata) para ser entendido pelos que o habitam e falar não só aos que o vêem como se estivessem numa exposição. Nesta perspectiva, o triângulo vitruviano não é equilátero: a construção (firmitas) é instrumental ou sintáctica, como diria Umberto Eco já nos anos 60, e o prazer estético (venustas) é conotativo e faz a diferença em relação à “fala corrente”. O que significa que a abertura sem preconceitos da pesquisa desta obra a casos de valor estético de níveis muito diferentes é a procura hermenêutica de denominadores comuns da expressão veiculada pelas construções arquitectónicas, aquela que permite um diálogo proveitoso com a antropologia do espaço. Sem prejudicar leituras críticas sucessivas mais profundas ou pessoais sobre os modos poético-estéticos das expressões individuais dos autores ou projectistas e das tendências que integraram.

Trata-se portanto de enriquecer a crítica (e a história) da arquitectura partindo dos seus fundamentos e não de enquadrar obras em categorias ou escolas, procurando as pertenças ou dissonâncias formais. Em obras como esta, cada leitor pode percorrê-la conforme as suas curiosidades e cultura: no meu caso, recomendo-a vivamente porque reforçou velhas obsessões teóricas e práticas com a construção de uma linguagem comum e não-arbitrária que assenta na homologia de estrutura entre os modos-de-habitar e os padrões de conformação dos espaços-que-se-habitam e que aprendemos com Bachelard e Levi-Strauss ou com o pioneiro, entre nós, dos arquitectos hermeneutas, que foi Pedro Vieira de Almeida (e lhe permitiu falar sem complexos de Lino e Siza como aliás, se faz neste livro).

E creio que chega de razões para recomendar aos mais novos a leitura (e não só as gravuras) desta obra singular e agradecer ao autor e às edições da FAUP a sua publicação.

Nuno Portas, Abril de 2008

A obra de Rui Jorge Garcia Ramos dedicada à *Casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa* constituiu a sua Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e defendida, brilhantemente, em 2004. Este facto determina algumas das suas características: a extensão, a organização dos conteúdos de modo sistemático e com alguma circularidade, o aparato bibliográfico, o apêndice documental. Na minha opinião, elas são predominantemente positivas, envolvendo o leitor numa rede ampla de motivos que se vão desdobrando e cruzando, ora partindo das casas para o mundo arquitectónico, ora deste para os seus interiores, desenhados e construídos.

Mas o mais importante é, naturalmente, a tese apresentada e defendida nesta Dissertação. Sintetizando muito, aqui se afirma que “as casas unifamiliares burguesas”, elencadas ao longo de quase um século (sensivelmente de 1890 a 1970), são componente essencial de sucessivas épocas arquitectónicas, dando a ver as questões que as constanciam e os diversos dispositivos de resposta: eclécticas, revivalistas ou rústicas, nas últimas décadas do século XIX, elas pré-anunciam já então valores da vida moderna que se vão sobrepondo, representando o conforto contemporâneo através das estéticas do modernismo; nos anos de 1950, a crítica à arquitectura internacionalista, exprime-se em linhas diversas, inspiradas num entendimento orgânico e antropológico da história e das heranças, valorizando estéticas expressionistas em detrimento das clássicas que, contra todas as aparências, inspiraram de facto o modernismo internacionalista.

Este centramento da arquitectura na sua dimensão mais íntima, duplamente pessoalizada (num diálogo quase sempre interessante entre o arquitecto e o cliente) permite ao autor relevar a importância de metodologias pluridisciplinares para o seu estudo, articulando, com excelentes referências bibliográficas, nacionais e internacionais, a História, a História da Arte e a Antropologia para as fazer confluir no objecto arquitectónico. No entanto, como é natural, o arquitecto Rui Jorge Ramos valoriza a “investigação em arquitectura” que lhe permite desvendar as casas como organismos projectados e construídos, analisando-lhes as plantas, as implantações, os materiais de construção, os relacionamentos dos interiores com os exteriores, com um formalismo disciplinar não ortodoxo, orgulhosamente reivindicado.

Outro aspecto importante deste trabalho (na minha opinião talvez o mais útil à futura comunidade de leitores) encontra-se na extensão e no rigor das contextualizações internacionais. Quer quando se move no domínio da História, quer quando se concentra “na construção do espaço doméstico”, o autor propõe, com raro domínio de tão vastas matérias, os modelos fundadores e o desenvolvimento das suas múltiplas e abertas séries. Isto significa que Rui Jorge Ramos vai construindo a sua história da “casa unifamiliar burguesa” internacional, propondo-lhe como referentes as experiências anglo-saxónicas (do *pitoresco* romântico inglês às casas de madeira da recente nação americana) onde tantos arquitectos se inspiraram, sobretudo Frank Lloyd Wright. Deter-se-á depois no grau zero de memória proposto por Le Corbusier mas, rapidamente, detecta, neste campo modernista, incluindo na obra do mestre, dúvidas que provêm do encontro com vários sítios da História e com matrizes impositivas ou sugestivas dos próprios lugares. Terminará em casos brilhantes que configuram elipses abertas, propostas como paradigmas nos anos de 1950 e 1960, no contexto da crítica ao modernismo empreendida no interior do campo disciplinar, recuperando iconologias antropológicas das casas que se espelham em pátios, em plantas abertas, na personalidade das paisagens, movimento em que diversas épocas estilísticas se curto-circuitam e retomam, com erudição e intuição, questões que haviam sido enunciadas quer por Wright, quer por outros arquitectos mais periféricos, escandinavos ou italianos.

O mais interessante desta utilíssima perspectiva — que se vai desdobrando ao longo de todo o trabalho — é que as “casas portuguesas” se encaixam em séries internacionais, europeias e americanas, mais ou menos consistentes, provando duas importantes coisas: que os arquitectos portugueses, ao longo de um século, tiveram mais informação internacional do que se costuma reconhecer; que, apesar das fragilidades políticas, económicas e culturais do Portugal moderno, os mais destacados de entre eles inscrevem as suas obras em dinâmicas significantes onde as questões da “casa portuguesa” e das imposições normativas e estéticas do Estado Novo claramente se minorizam em séries complexas mas com alguns sentidos idênticos.

No conjunto destes enunciados — que são teses fundamentais de Rui Jorge Ramos — o caso mais desenvolvido é o da “Casa portuguesa” e do arquitecto Raul Lino. Sendo verdade que o autor segue a reflexão propositiva de Pedro Vieira de Almeida (o primeiro defensor da modernidade do jovem Lino dos anos de 1900), há, no entanto, contributos que, a partir de agora, serão citados: o estudo analítico, e bibliograficamente actualizado, de realizações suficientes para se poder rigorosamente afirmar que os temas da “casa portuguesa” de Lino são comuns na Europa do tempo e, mais importante do que isso, se inscrevem numa antropologia consolidada do habitar; a distinção entre os ideários culturalistas de Lino e as apropriações modestíssimas proporcionadas pela sua obra escrita que conduzem à edificação das

“casas simples” da década de 1920; a notável articulação de alguns motivos iconológicos de algumas das melhores obras de Lino (em primeiro lugar a *Casa do Cipreste*, construída como casa própria) com realizações arquitectónicas da segunda metade do século xx, nomeadamente, atrevo-me a dizê-lo, de Siza Vieira. Esta ideia não é claramente formulada mas o criativo cruzamento de dados, sem rigores cronológicos, que o nosso autor propõe, sugere-me que os valores de habitação defendidos por Lino serão, noutro contexto cultural, bastante comuns aos de Siza Vieira: a arquitectura usando e sobrepondo-se à construção, o encastramento da casa predominantemente voltada para dentro, o gosto dos volumes claros, ao mesmo tempo expondo-se e protegendo-se da luz.

Antes de Siza, Rui Jorge Ramos destaca, com vigor fundamentado, a notabilíssima geração de arquitectos portugueses que, simbolicamente, “nasce” do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, realizado entre 1955 e 1960 e publicado em 1961. Como noutros domínios acontece (nas artes visuais, no cinema, na literatura), esse tempo de libertação (do que o nosso autor refere como o longuíssimo século xix) foi de intensificação de contactos internacionais, de experiências cosmopolitas, de alegria de criação mas também de uma espécie de acerto com a história e a memória, retrabalhadas com liberdade autoral e rara consciência e empenho cívicos.

Rui Jorge Ramos sugere que, nesses anos do final do seu inquérito, se criou e afeiçoou o que hoje internacionalmente se consideram alguns valores da arquitectura portuguesa, não como corpo fechado e resistente, antes realidade enraizada nas culturas do Mediterrâneo, sombreadas, às vezes, pela maior intimidade do habitar nórdico. Este ponto de chegada confronta nostalgicamente o futuro, citando Alexandre Alves Costa que, com Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida são os mestres assumidos deste arquitectar a história e historiar a arquitectura. Do longo século tratado (de José Luís Monteiro a Siza Vieira!) o balanço é de rara positividade, propondo-se, com indagante subtilidade, que a qualidade e algum reconhecimento internacional da arquitectura contemporânea portuguesa foi um lento construído em que participaram gerações sucessivas que, para lá dos falhanços e sucessos, dos compromissos e das provocações, é uma linha significativa (o que não quer dizer contínua) bastante actualizada e conivente com as revoluções disciplinares, captando delas a rebeldia cosmopolita estranhamente entrosada com a reinvenção da alma dos lugares.

Raquel Henriques da Silva, Junho de 2006